

# Das diferenças de escala à escalada das diferenças

From differences in scale  
to scaling differences

Letícia Peret Antunes Hardt  
Carlos Hardt  
Marlos Hardt

## Resumo

As migrações têm desempenhado papel fundamental na configuração da estrutura dos municípios brasileiros. Esse fenômeno tem ocorrido segundo escalas variadas de causas e efeitos, que têm, nas regiões metropolitanas, e em particular na Região Metropolitana de Curitiba, resultado em consequências marcantes, notadamente em relação às diferenças na concentração simultânea de riqueza e pobreza, assim como na convivência de múltiplas características e funções. O objetivo principal deste estudo consiste em sistematizar reflexões a respeito desse fenômeno a partir de três escalas de abordagem – nacional, estadual e metropolitana –, em que, respectivamente, expansão, transformação e segregação formam uma tríade de características que permitem concluir pela relevância da assunção de políticas públicas que deem respostas à escalada de diferenças que atingem as realidades locais.

**Palavras-chave:** expansão nacional; transformação estadual; segregação regional; Região Metropolitana de Curitiba.

## Abstract

*Migrations have performed a fundamental role in the configuration of Brazilian municipalities structure. This phenomenon has happened according to different scales of cause and effect, which have produced in metropolitan regions, and especially in Curitiba Metropolitan Region, remarkable consequences, notably with respect to the differences in the simultaneous concentration of wealth and poverty, as well as to the daily contact between multiple characteristics and functions. This paper has the purpose of systematizing reflections concerning this phenomenon from three approach scales – national, state and metropolitan – in which expansion, transformation and segregation form respectively a characteristics triad that allows us to conclude for the relevance of assuming public policies that may give answers to the increase in differences that reach local realities.*

**Keywords:** national expansion; transformation state; regional segregation; Curitiba Metropolitan Region.

## Introdução

Villaça (1998) comenta que, no Brasil, as abordagens conceituais sobre a metrópole relacionam-se, substancialmente, com a importância social, econômica e cultural de determinado centro urbano. Assim, é caracterizada como a principal cidade com influência funcional sobre outros núcleos menores em uma região metropolitana.

Por sua vez, Matos (2005, p. 73) se refere à metrópole como "a reunião de expressivos estoques populacionais em áreas geograficamente muito mais extensas do que as das cidades do passado ou de quaisquer povoados rurais", sendo conformada pela configuração espacial de sucessivas periferias, a partir de um centro denso, alvo de constantes fluxos migratórios.

Relacionada ao movimento de pessoas, grupos ou povos, de um lugar para outro, a migração consiste em um fenômeno muito antigo, com variadas causas, frequências e intensidades. Para IMDH (2007), as migrações no início do século XXI são caracterizadas pela globalização, superpopulação em determinados centros ou regiões, violação de direitos, desemprego, desestruturação de economias tradicionais, perseguições e discriminação, dentre outros aspectos.

Os movimentos migratórios ocorrem em diferentes escalas, com resultados igualmente diversos. Nesse sentido, Gonçalves (2007) afirma que três adjetivos ilustram de forma adequada o panorama contemporâneo das migrações: intensas, diversificadas e complexas. Comum no cenário brasileiro, esse contexto também é encontrado no Paraná, onde, a partir do expansionismo do desenvolvimento nacional,

houve profunda alteração na sua estrutura produtiva e na distribuição da sua população, com reflexos diretos sobre as condições sociais e espaciais paranaenses.

Certamente, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) corresponde ao espaço estadual que mais diretamente sofre as consequências desse processo, com a escalada acentuada de diferenças, quer pela concentração simultânea de riqueza e pobreza, muitas vezes em espaços segregados, quer pela convivência de múltiplas características e funções, distribuídas em variadas tipologias de centros urbanos.

A partir desses pressupostos, o presente estudo tem por objetivo precípuo sistematizar os resultados de uma leitura reflexiva sobre processos de concentração populacional e de possível desconcentração urbana na RMC, a partir de três escalas de abordagem, com vistas ao estabelecimento de subsídios à gestão de cidades e regiões.

## Escala nacional: a expansão

Do ponto de vista demográfico, a expansão do processo de urbanização no Brasil foi acentuada a partir da década de 1960, quando o crescimento populacional registrou o acréscimo de aproximadamente 50 milhões de habitantes, quase duplicando a população registrada no país em 1950 (Santos, 2005), ocorrendo, a partir de então, a concentração de grande parte da população em alguns centros urbanos de maior porte (Moura, 2004).

A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a

uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades. (Santos, 2005, p. 73)

Na escala hierárquica da estrutura urbana nacional nos primórdios do século XXI, destaca-se a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) isoladamente na categoria 1, seguida, com elevado desnível, pela do Rio de Janeiro, também inserida individualmente na categoria 2. A RMC posiciona-se na categoria 3, correspondendo à sexta posição dos espaços urbanos (Paraná et al., 2006).

Há importante alcance de Porto Alegre e Curitiba na Região Sul, com níveis máximos de centralidade, determinada a partir do seu forte poder de atração (Tourinho, 2007). Além de transcender sua influência para o estado de Santa Catarina, Curitiba polariza toda a rede urbana paranaense (Moura e Werneck, 2001).

## Escala estadual: a transformação

No Paraná, também foi acentuado o crescimento populacional no período posterior a 1950, sobretudo nas últimas décadas, com mudanças relevantes na estrutura econômica estadual, representadas pela superação do setor primário pelo secundário e caracterizadas pelo esvaziamento de áreas rurais com consequente migração para os principais centros urbanos (Ipardes, 2003).

As profundas modificações ocorridas nas relações de trabalho e na estrutura agrária resultaram em intensos fluxos migratórios internos e externos às fronteiras estaduais. Embora se observe a relativa desaceleração no processo de urbanização do estado e que os fluxos migratórios de longa distância paulatinamente cederam lugar a movimentos de proximidade, o intenso ritmo e a horizontalidade com que se realizou esse processo deram a tônica ao movimento de transição das últimas décadas. (Paraná et al., 2006, p. 9)

Ao longo do século XX, o Paraná apresentou uma dinâmica populacional própria, especialmente em função dos efeitos da migração (Magalhães, 2003).

Esses processos migratórios, heterogêneos e de intensidades diferenciadas ao longo do tempo reproduziram dinâmicas distintas de crescimento populacional, o que provocou constantes reorganizações da população no território.

De 1950 a 1970, as taxas de crescimento populacional paranaense se posicionaram próximas a 5% ao ano; de 1970 a 1990, caíram para patamares inferiores a 1% a.a., especialmente devido à redução da migração externa; de 1990 a 2000, o incremento se aproximou de 1,40% a.a., associado à acentuada elevação da população urbana (Figura 1). Paralelamente a municípios com crescimento contínuo superior ao do estado, outros apresentaram constante redução populacional, correspondendo, em 2000, a cerca da metade das unidades municipais (Ipardes, 2002) (Figura 2).

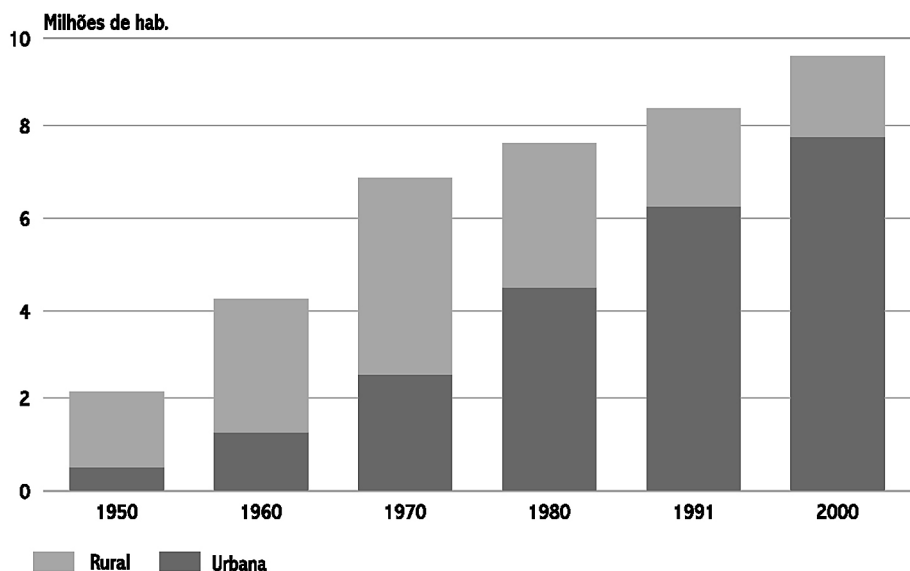
O mesmo quadro de decréscimo da população rural de quase 75%, em 1950, para cerca de 19%, em 2000 (Figura 3), é registrado para o Brasil e para o Paraná. Apenas o ritmo é diferenciado, sendo gradativo no país e concentrado no período de 1970 a 1990 no estado, “quando o grau de urbanização saltou de 36% para 78%, prosseguindo em alta até o final do século – números que confirmam um relacionamento intrínseco entre a reestruturação da economia e os movimentos populacionais” (Paraná et al., 2006, p.10).

Migrantes oriundos dos campos ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas, para se somarem aos habitantes urbanos, na

acirrada disputa ao trabalho, bens e serviços, ao acesso ao solo e à cidade. Se nas cidades as contradições sociais já se faziam presentes, a urbanização, em tal intensidade, ampliou as malhas construídas, fazendo surgir novos loteamentos, adensando os bairros existentes, verticalizando habitações e agudizando os conflitos e a segregação socioespacial, ao criar áreas servidas e equipadas ao lado de favelas e periferias carentes. (Ibid., p. 11)

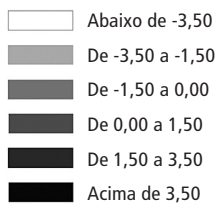
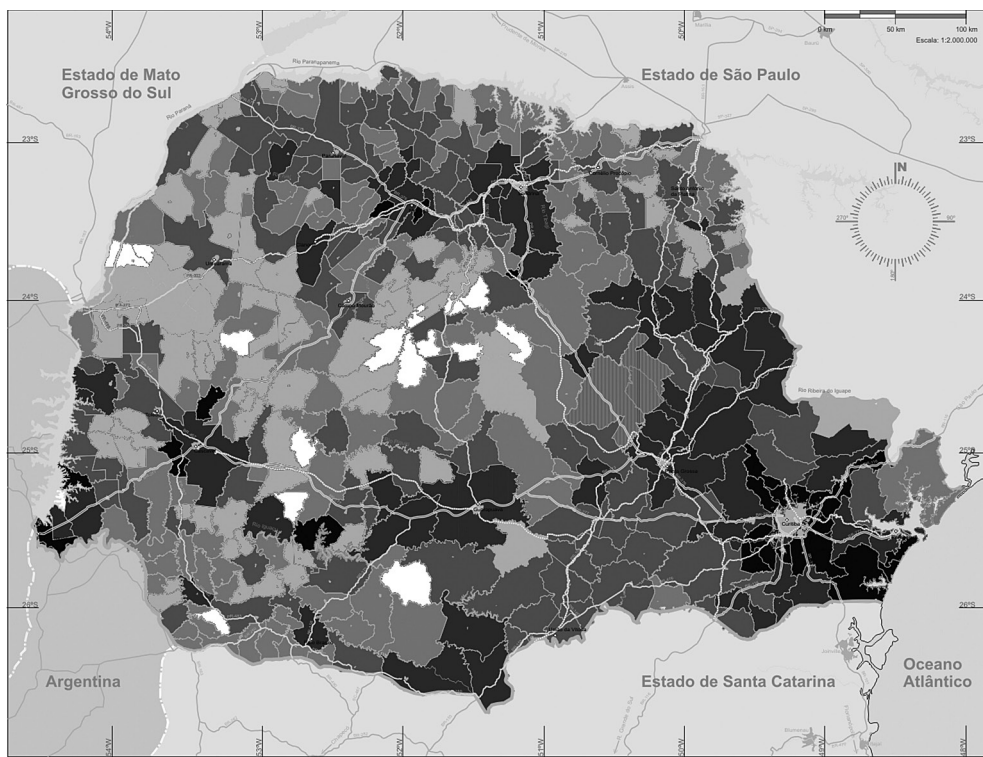
Na década de 1950, a população rural era superior à urbana em quase 95% dos municípios paranaenses; em 2000, essa situação era presenciada em apenas 29% deles (Figura 3), sendo 37% dos municípios relacionados a graus de urbanização de 50% a 75%.

Figura 1 – Gráfico da população total, rural e urbana do Paraná 1950 a 2000



Fonte: Elaborado por Paraná et al. (2006) com base em IBGE (1950-2000) e Ipardes (2002).

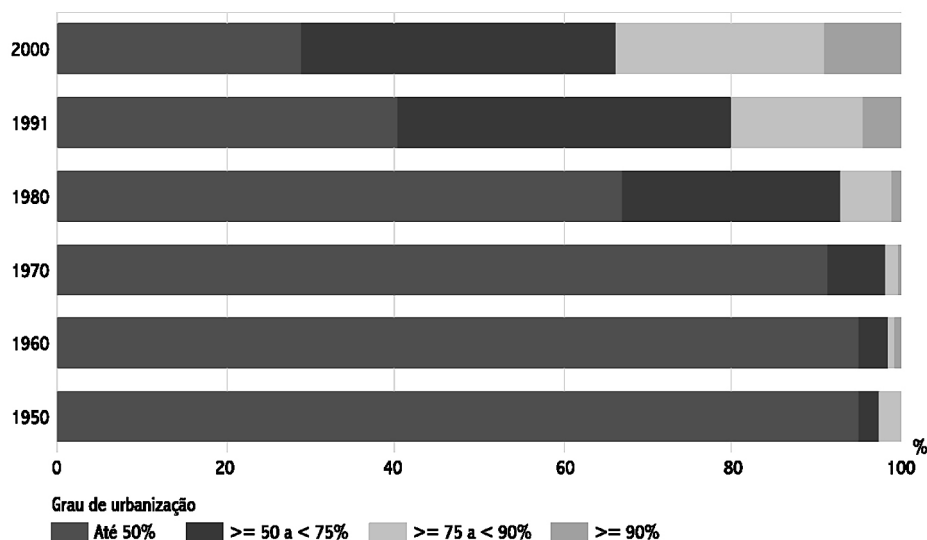
Figura 2 – Mapa das taxas de crescimento populacional (% a.a.) dos municípios paranaenses – 1991 a 2000



Fonte: Paraná et al. (2006).

Nota: Taxas expressas em % a.a.

Figura 3  
Gráfico do grau de urbanização dos municípios paranaenses – 1950 a 2000



Fonte: Elaborado por Paraná et al. (2006) com base em IBGE (1950-2000) e Ipardes (2002).

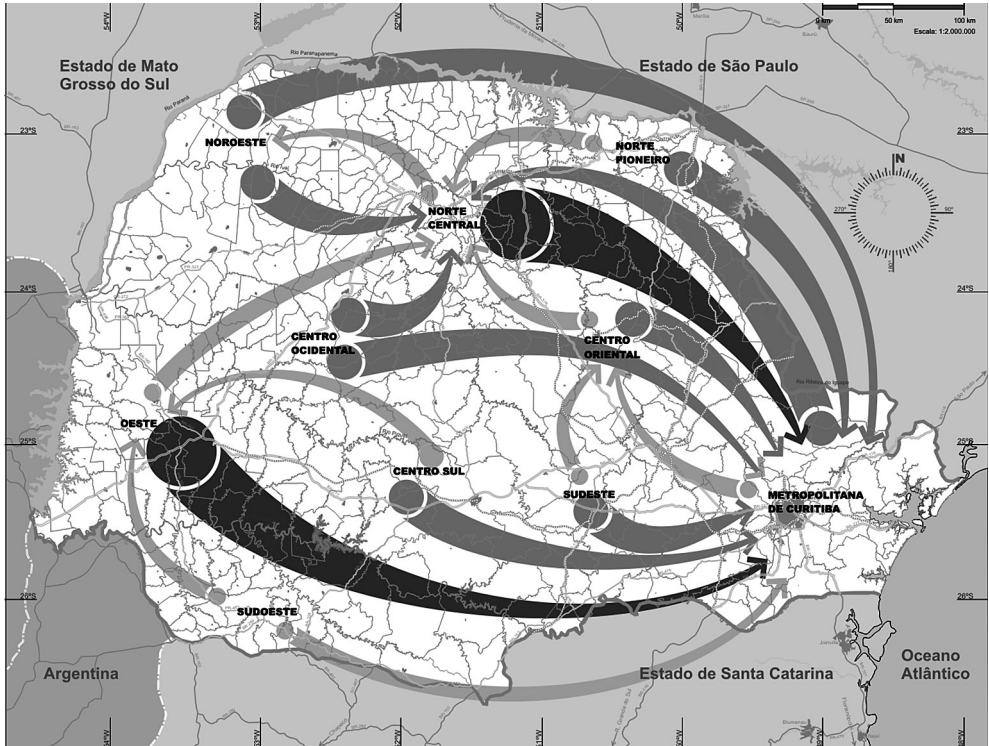
Em 2000, 81,4% dos municípios paranaenses superaram a média estadual de urbanização, gerando expressivas concentrações urbanas no território paranaense. [...] A intensidade desse processo sobrecarregou as estruturas urbanas existentes, provocando impactos nas infraestruturas e equipamentos urbanos disponíveis. Num curto intervalo de tempo, as administrações municipais tiveram que se adaptar para responder a demandas ampliadas e modificadas (Paraná et al., 2006, p. 12).

Para Paraná et al. (ibid.), a rede das cidades paranaenses, integrante de um conjunto




formado por 399 municípios, é fortemente conectada à capital, com influências diretas até os limites estaduais mais distantes (Figura 4), apesar das fortes relações de algumas regiões do Paraná com outros estados limítrofes.

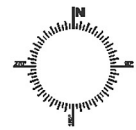
Além da forte pressão sobre sua periferia imediata, Curitiba também exerce efeitos de centralidade sobre as redes urbanas associadas a todos os outros centros regionais, configurando-se como polo na escala estadual. O eixo da RMC inclui as centralidades de Paranaguá e Ponta Grossa, concentrando 32% da população total do estado e 58% da produção estadual (Figura 5) (ibid.).

Figura 4 – Mapa de principais fluxos migratórios intermesorregionais no Paraná – 2000



Migrantes

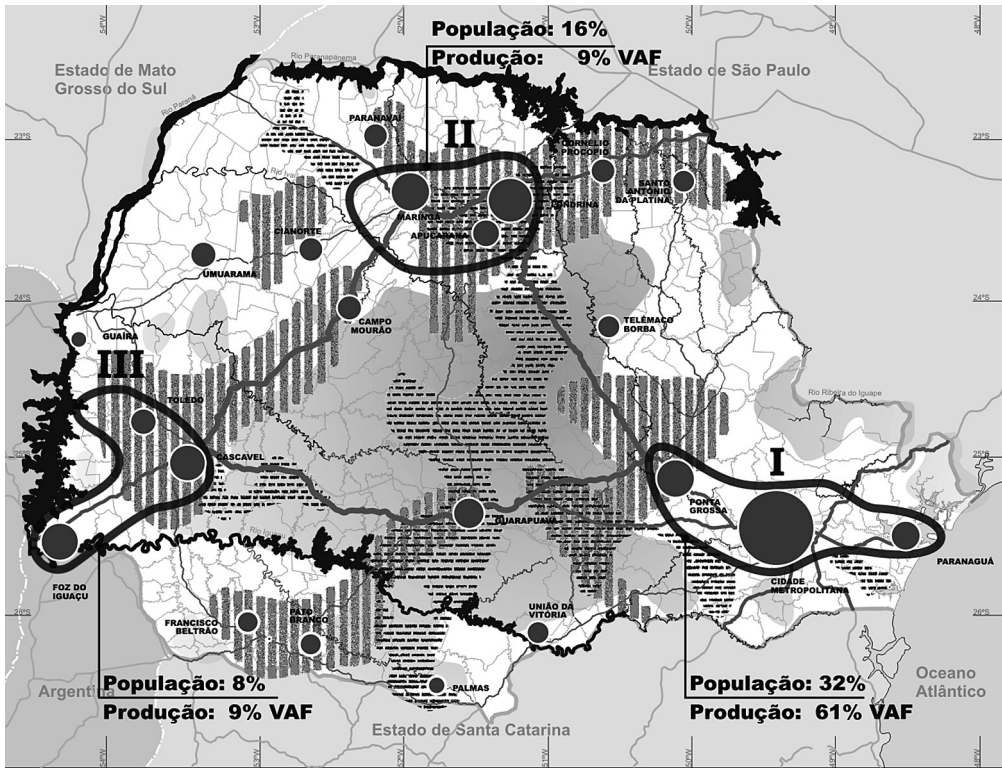
-  Mais de 20.000 hab.
-  Mais de 10.000 hab.
-  Menos de 10.000 hab.



Fonte: Paraná et al. (2006).

Notas: São consideradas migrantes as pessoas maiores de 5 anos que, em 1986, não residiam no município de residência atual. Estão representados os dois maiores fluxos de saída de cada mesorregião.

Figura 5 – Mapa de concentrações de população e produção no Paraná – 2000



- I** Polos: Ponta Grossa, Cidade Metropolitana e Paranaguá  
Porcentagem da população do estado: 32%  
Porcentagem do valor adicionado fiscal do estado: 61%
- II** Polos: Londrina, Apucarana e Maringá  
Porcentagem da população do estado: 16%  
Porcentagem do valor adicionado fiscal do estado: 9%
- III** Polos: Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu  
Porcentagem da população do estado: 8%  
Porcentagem do valor adicionado fiscal do estado: 9%

- Maiores produções agrícolas de larga escala
- Maiores produções agrícolas de pequena e média escala
- Municípios com maiores proporções de pobreza
- Principais cidades
- Rota principal



Fonte: Paraná et al. (2006).

Nota: VAF = Valor Agregado Fiscal.



## Escala metropolitana: a segregação

Formada originalmente por 14 municípios, a RMC conta atualmente com 26 unidades municipais, compondo uma área de aproximadamente 15,5 mil km<sup>2</sup>, equivalente a menos de 8% do território estadual (Comec, 2006).

Para Hardt, Hardt e Resende (2007, p. 3), devido aos critérios utilizados para a composição da RMC, depara-se com a “configuração de um espaço heterogêneo sob vários aspectos inerentes à caracterização de uma região metropolitana, fazendo-se necessário o seu tratamento de forma diferenciada”.

Nesse contexto, o IPEA (2002) subdivide o território regional em três categorias espaciais:

- a) Núcleo Urbano Central, conformado pela malha urbana da capital paranaense, áreas conurbadas e municípios com forte interação com o polo;
- b) Primeiro Anel Metropolitano, estruturado por municípios não limítrofes a Curitiba, mas sujeitos a significativos vetores de polarização;
- c) Segundo Anel Metropolitano, compreendido por áreas incorporadas recentemente à RMC, com incipiente configuração urbana.

Nas últimas décadas do século passado, a RMC destacou-se entre as metrópoles brasileiras de crescimento mais acelerado. Nos anos 1990, enquanto o Paraná registrou ligeira elevação das taxas demográficas, a RMC manteve seu crescimento a um dos ritmos mais elevados do país.

Segundo o Ipardes (2003), a infraestrutura e os equipamentos ociosos nos municípios paranaenses que perderam população não eliminaram a desigualdade no atendimento às

demandas sociais, sendo registradas elevadas taxas de carência, tanto nos municípios periféricos aos grandes centros urbanos – reduzidos à situação de “cidades-dormitórios” – quanto naqueles com decréscimo populacional.

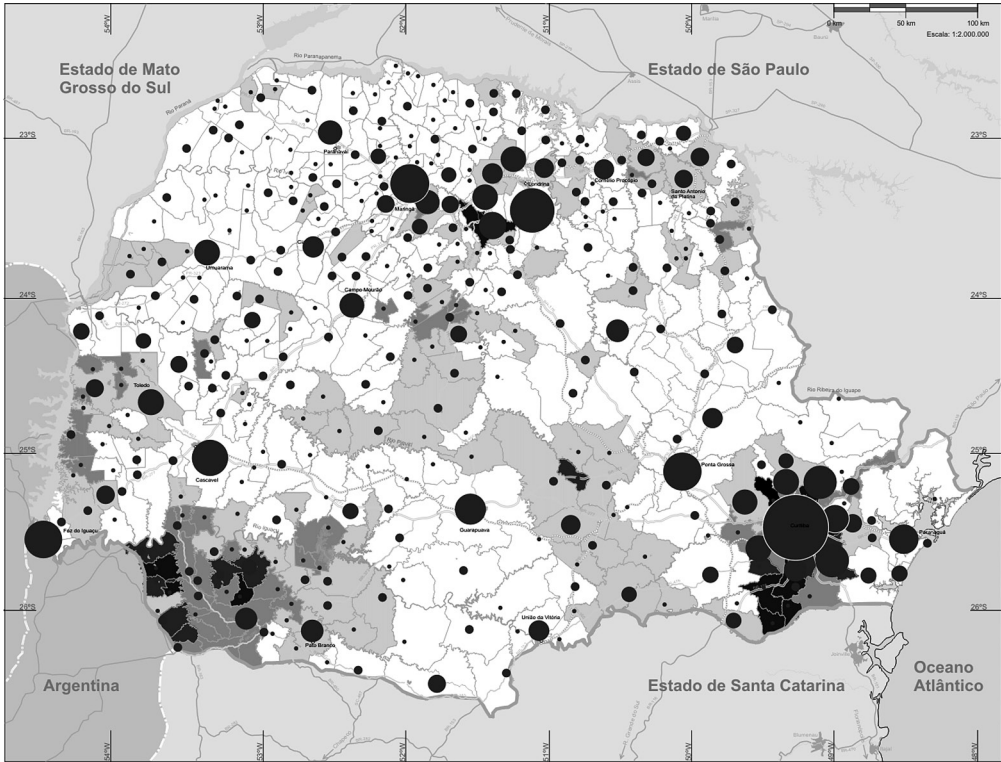
Nos municípios que cresceram no Paraná:

[...] o processo de ocupação do solo sob a lógica da mercantilização da terra e da moradia, abriu espaço ao mercado informal da habitação. Favelas, ocupações e loteamentos irregulares adentraram áreas ambientalmente vulneráveis, tornando ainda mais instável a vida das populações obrigadas a essa condição de moradia. A ausência de investimentos maciços em infraestrutura e serviços urbanos, voltados à atenção de demandas da coletividade, privou grandes e crescentes contingentes de moradores dos serviços de saneamento básico, saúde, educação e de transporte público. E como mais grave constatação, a incompatibilidade entre a oferta de postos de trabalho e a demanda por vagas, somada à precariedade do emprego, acentuaram a pobreza, reforçaram a insegurança e impuseram cada vez mais ao Estado o papel de provedor. (Paraná et al., 2006, p. 13)

No período de 1970 e 2000, Curitiba quase triplicou sua população, comportando quase 1 milhão de novos moradores, paralelamente a um crescimento superior a 870 mil pessoas nos seus municípios vizinhos (IBGE, 1950-2000).

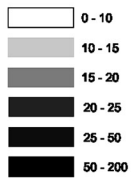
Todavia, essa área com maior grau de urbanização no estado (Figura 6), embora apresente indicadores sociais que refletem grandes desigualdades, responde pelos índices mais expressivos da atividade econômica, com padrões de concentração tanto da riqueza quanto de espaços empobrecidos.

Figura 6 – Mapa de concentração de população urbana e rural no Paraná – 2000



**POPULAÇÃO RURAL**

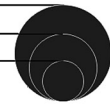
Densidade (hab/km<sup>2</sup>)



**POPULAÇÃO URBANA**

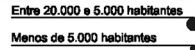
Cidades com mais de 20.000 habitantes

1.500.000 Habitantes  
500.000 Habitantes  
100.000 Habitantes



Cidades com menos de 20.000 habitantes

Entre 20.000 e 5.000 habitantes  
Menos de 5.000 habitantes



Fonte: Elaborado por Paraná et al. (2006) com base em IBGE (1950-2000) e Ipardes (2002).

Nota: Municípios da RMC em destaque.

Do ponto de vista regional no espaço estadual, apenas a área metropolitana apresenta significativos saldos migratórios positivos ao longo do período de 1970 a 2000 (Tabela 1).

Considerada polo de um dos 12 sistemas urbanos identificados no Brasil no início do século XXI e classificada como “metrópole nacional”, juntamente com apenas mais sete capitais estaduais (IPEA, 2002), Curitiba assume elevados níveis de representatividade no território da Região Sul.

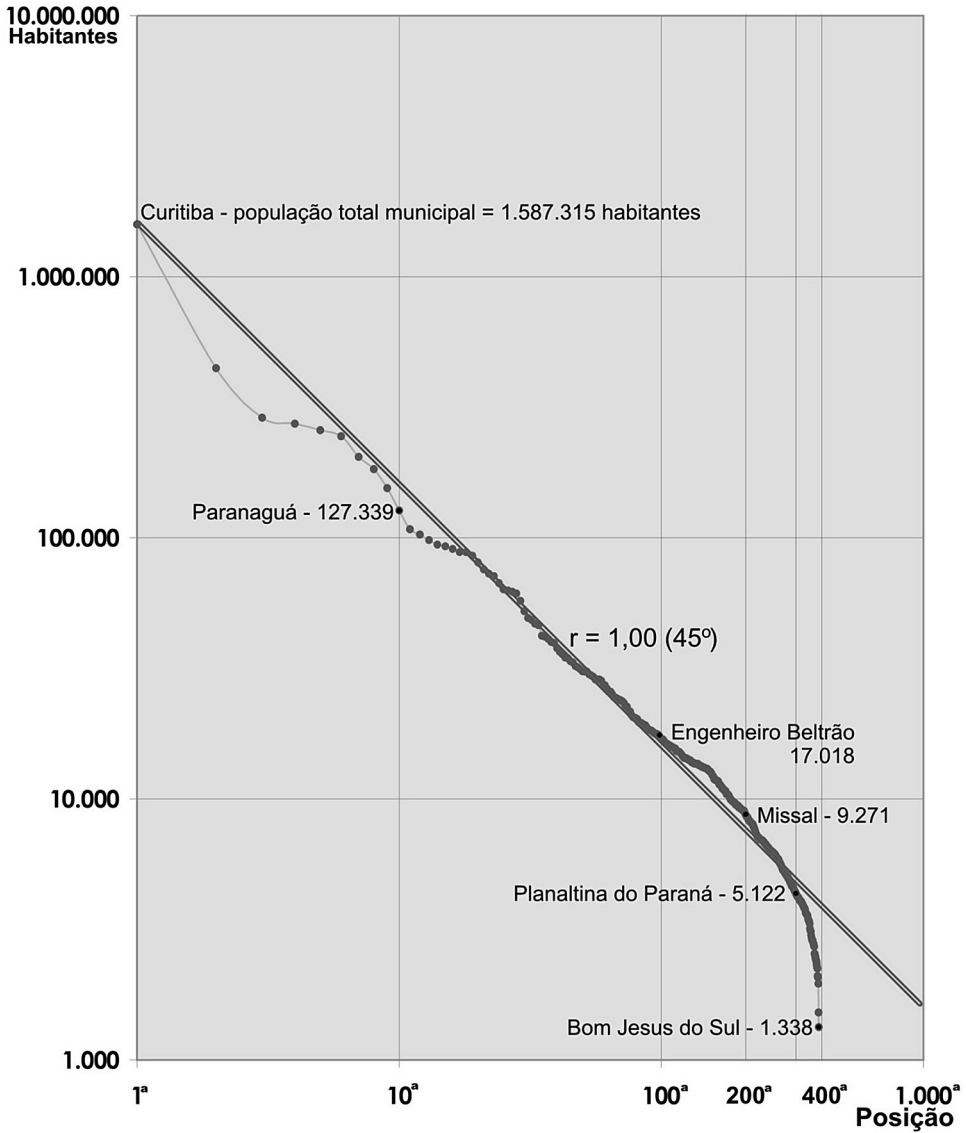
Essa situação ultrapassa um mero posicionamento físico central ou de elevada concentração de pessoas e riqueza sobre um espaço, em relação à área de abrangência de suas funções, pois a capital paranaense sempre ocupou lugar de destaque nas análises de tamanho e hierarquia, confirmando sua posição de metrópole no cenário nacional. Essa característica torna-se ainda mais relevante quando da confrontação do seu posto, em 2000, em relação aos demais municípios do Paraná (Figura 7).

Tabela 1 – Taxas médias geométricas de crescimento anual da população segundo mesorregiões geográficas do Paraná 1970-1980, 1980-1991 e 1991-2000

Mesorregião	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Noroeste	-2,51	-1,17	-0,25
Centro-Occidental	-2,34	-0,68	-1,24
Norte Central	-0,28	0,93	1,24
Norte Pioneiro	-2,09	-0,26	-0,15
Centro-Oriental	2,90	1,35	1,46
Oeste	2,47	0,51	1,28
Sudoeste	1,56	-0,78	-0,13
Centro-Sul	2,97	0,93	0,69
Sudeste	1,23	1,30	0,89
Metropolitana de Curitiba	4,95	2,84	3,13
Paraná	0,97	0,93	1,40

Fonte: Elaborada por Ipardes (2004) com base em IBGE (1950-2000).

Figura 7 – Gráfico da relação tamanho-hierarquia considerando a população total dos municípios paranaenses – 2000



Fonte: Elaborada por Paraná et al. (2006) com base em IBGE (1950-2000).

Nota: Diagrama de Zipf em escala bi-logarítmica.

O movimento pendular daquelas pessoas que se deslocam do seu lugar de residência para trabalhar ou estudar em outro município representa importante fenômeno no interior do estado, sendo profundamente relacionado à evolução da distribuição espacial da população e ao padrão de urbanização, influenciados, por sua vez, pela concentração das atividades econômicas em determinados espaços (Paraná et al., 2006). A seletividade do mercado imobiliário tem expulsado a população das cidades de maior porte para municípios no seu entorno, incrementando o crescimento populacional da periferia e intensificando a mobilidade pendular, fenômeno particularmente identificado na RMC.

Segundo a mesma fonte, cerca de 200 mil pessoas se deslocam diariamente na RMC de um município a outro para estudar ou trabalhar, sendo que aproximadamente 80% se dirigem a Curitiba, que, por sua vez, também envia volumes elevados para alguns municípios da região metropolitana. Assim, percebe-se a alteração nas formas de concentração, especialmente no Núcleo Urbano Central e no Primeiro Anel Metropolitano, revelando a sua importância como receptores de população.

Todavia, pela análise da relação entre o número de pessoas que realizam movimentos pendulares para o polo e o total de habitantes municipais com idade acima de 15 anos (Tabela 2), evidencia-se a continuidade da força

Tabela 2 – Relação entre movimentos pendulares e população ativa em municípios centrais da Região Metropolitana de Curitiba – 2002

Município polo	Município polarizado	Relação (%)
Curitiba	Almirante Tamandaré	39,01
	Piraquara	34,71
	Pinhais	32,80
	Colombo	32,36
	Fazenda Rio Grande	29,35
	Campo Magro	24,79
	Quatro Barras	21,39
	Campina Grande do sul	21,16
	Itaperuçu	18,11
	São José dos Pinhais	16,35
	Araucária	14,02
	Campo Largo	12,50
	Rio Branco do Sul	8,94

Fonte: Elaborada por Paraná et al. (2006) com base em IBGE (1950-2000) e Ipardes (2002).

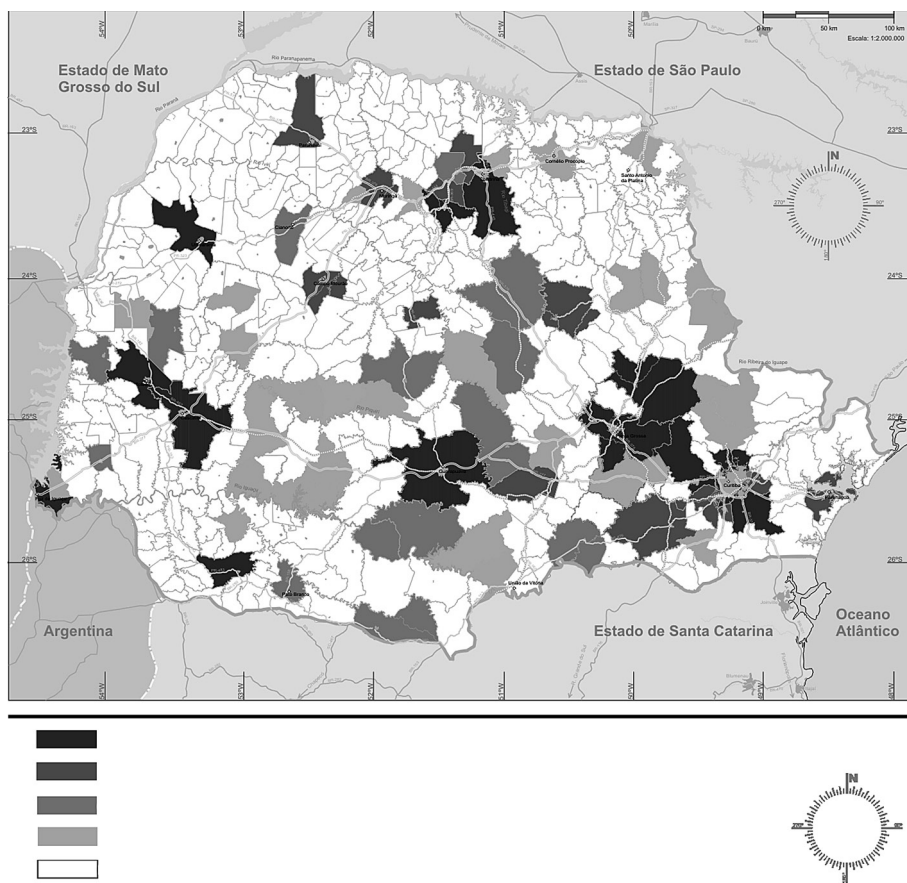
concentradora no centro regional, com os maiores percentuais registrados em municípios das duas categorias espaciais anteriormente citadas.

Da interpretação da Figura 8, depreende-se que, ao largo do desenvolvimento econômico da RMC, é significativa sua escalada de problemas sociais, com vários de seus municípios apresentando, na entrada do século XXI, elevada incidência de número de pobres, expressiva

quantidade de domicílios carentes, significativa deficiência de infraestrutura e alto déficit habitacional.

Cabe ressaltar que tais condições também se dispersam no Núcleo Urbano Central e no Primeiro Anel Metropolitano. Assim, várias outras cidades passam a compartilhar os efeitos de questões anteriormente peculiares àquelas com dependência quase exclusiva da metrópole.

Figura 8 – Mapa de classificação dos municípios paranaenses a partir dos indicadores sociais: elevada incidência de número de pobres, domicílios carentes, deficiência de infraestrutura e déficit habitacional – 2000



Fonte: Elaborado por Paraná et al. (2006) com base em Ipardes (2003).  
Nota: Municípios da RMC em destaque.

## Conclusão

Para Paraná et al. (2006), a migração continuará desempenhando papel central no perfil da distribuição espacial da população no território paranaense, com as principais correntes migratórias estaduais direcionadas para a RMC. Dos 18 municípios com taxa estimada de crescimento superior a 3% ao ano para a primeira década do século XXI, 10 encontram-se na Região Metropolitana de Curitiba.

Embora as tendências populacionais apontem para a continuidade do padrão de concentração na RMC, onde as projeções preveem que, ao final de 2010, seus oito principais municípios, além de Curitiba, concentrarão 31% da população estadual (IBGE, 2006), também é previsível a expansão do compartilhamento

dos graves problemas sociais do Núcleo Urbano Central por cidades anteriormente distanciadas dessas questões, relevando o processo de desconcentração urbana.

O aumento tendencial da população e das riquezas na RMC traz consigo uma escalada sem precedentes das diferenças entre as condições de vida dos diversos segmentos da sociedade metropolitana. Assim, esse conjunto de fatores leva a concluir pela premente necessidade de adoção de políticas de planejamento e gestão urbana e regional que deem conta da segregação oriunda de deliberações impetradas por níveis decisórios hierarquicamente superiores, nem sempre sensíveis às realidades locais, tampouco conscientes dos novos modelos de configuração urbana no espaço metropolitano.

### **Letícia Peret Antunes Hardt**

Arquiteta e urbanista. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil.  
l.hardt@pucpr.br

### **Carlos Hardt**

Arquiteto e urbanista. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil.  
c.hardt@pucpr.br

### **Marlos Hardt**

Arquiteto e urbanista. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil.  
marlos@arquitetourbanista.com.br

## Referências

- COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (2006). *Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI*. Curitiba, Comec.
- GONÇALVES, A. J. (2007). *A mobilidade humana e a globalização: fenomenologia e desafios*. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/textoseartigos.htm>>. Acesso em: 25 jan 2010.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950-2000). *Censos demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Cidades*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 31 maio 2006.
- IMDH – Instituto de Migrações e Direitos Humanos (2007). *Migrantes*. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br>>. Acesso em: 25 jan. 2010.
- HARDT, C.; HARDT, L. P. A. e REZENDE, D. A. (2007). Análise da gênese institucional do processo de gestão da Região Metropolitana de Curitiba. ENCONTRO DA ANPUR – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XII. *Anais eletrônicos*. Belém, ANPUR, pp. 1-19.
- IPARDES – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (2002). *Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional*. Curitiba, IparDES. 1 CD-ROM.
- \_\_\_\_\_ (2003). *Paraná: diagnóstico social e econômico*. Curitiba, IparDES.
- \_\_\_\_\_ (2004). *Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses*. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 25 jan 2010.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2002). *Configuração atual e tendências da rede urbana no Brasil*. Brasília, IPEA (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil, 1)
- MAGALHÃES, M. V. (2003). *O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- MATOS, R. (2005). Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. *Cadernos MetrÓpole*, n. 13, pp. 71-105.
- MOURA, R. (2004). Paraná: meio século de urbanização. *RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise*. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, v. 8, n. 8, pp. 33-44.
- MOURA, R. e WERNECK, D. Z. (2001). Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, n. 100, jan./jun., pp. 25-56.
- PARANÁ – Governo do Estado; SEDU – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano / SERVIÇO AUTÔNOMO PARANÁCIDADE; SEPL – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral / IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; UFPR – Universidade Federal do Paraná (2006). Planos regionais de desenvolvimento estratégico para o estado do Paraná – PRDE: cenário atual. Curitiba, SEDU.
- SANTOS, M. (2005). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Edusp (Coleção Milton Santos).



- TOURINHO, A. de O. (2007). *Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais*. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=l->>. Acesso em: 10 out 2009.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – Fapesp; Lincoln Institute.

Texto recebido em 22/fev/2010  
Texto aprovado em 6/mar/2010

